**A CONCEPÇÃO POLÍTICA DE PLATÃO**

O presente trabalho tem como objetivo estudar as condições de possibilidade da concretização histórica do pensamento político platônico, partindo, para isto de uma fundamentação metafísica do Estado. Sabemos que através das condições materiais da pólis grega de seu tempo (fato), Platão levanta a pergunta pela essência do verdadeiro Estado (norma) o que encaramos como o início de sua busca pela fundamentação. Realizando uma pesquisa de seu itinerário, buscamos elucidar a influência que a morte de seu mestre, Sócrates, tivera em sua busca pelos paradigmas eternos do Estado ideal. O estudo da alma neste trabalho tem enfoque assaz importante pois, segundo Platão, o homem é essencialmente alma e a política é a arte através da qual a alma chega à sua efetiva realização. Entendemos que a política sem antropologia é impensável em Platão. Acreditamos que para haver a concretização histórica de sua política, Platão pensou na introdução de leis que asseguram a pólis na base de um contrato, este fundamentado no paradigma de todo agir que é a Idéia do Bem, e na formação científico-ética e uma ordenação da vida em comum, ou seja, inclui-se a necessidade das leis em virtude da vida boa como realização homem no melhor Estado. Sem dúvida a questão central do pensamento político de Platão é a virtude que mais se liga intimamente o indivíduo ao Estado que é a Justiça. A organização política só poderá ser considerada justa, segundo nosso filósofo, na medida em que cada um está realizando o que lhe compete. Apenas situando a justiça como justo meio entre a norma e a situação fática atingiremos um Estado de acordo com a natureza.

**MARCELO ROCHA CONTIN**

**A CONCEPÇÃO POLÍTICA DE PLATÃO**

Monografia para aprofundamento de tema na Disciplina Metodologia da Pesquisa Filosófica do Curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a orientação do professor:

Antonio Carlos Martinazzo.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**1998**

*"A justiça nada mais é do que a harmonia que se estabelece entre as três virtudes: temperança, fortaleza e sabedoria, Quando cada cidadão e cada classe social desempenham as funções que lhes são próprias da melhor forma e fazem aquilo que por natureza e por lei são convocados a fazer, então se realiza a justiça perfeita."*

*"...Pouco importa se exista ou possa existir tal cidade, baste que cada um viva sob as leis dessa cidade...".*

*Platão*

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO**

**I - Panorâmica do Pensamento Platônico**

1. A Filosofia Platônica

2. O Mundo Material

2.1. O Mundo Ideal

3. A Concepção Platônica de Homem

3.1. A Alma em Platão

**II - A Concepção Política em Platão**

1. A Política Ideal e a Realidade Histórica

2. O "Justo Meio" e a Arte Política

**III - A Concepção Filosófica de Platão**

1. O Estado Ideal

1.1. O Filósofo como Paradigma do Estado ideal

2. O Homem de Estado e a Lei

2.1. A Finalidade das Leis

**CONCLUSÃO**

**BIBLIOGRAFIA**

**CONCLUSÃOBIBLIOGRAFIA**

**INTRODUÇÃO**

Na atualidade a compreensão da política como pertencente a existência humana é algo que se faz mais necessário a cada instante, pois, não pode o homem habitar num mundo ao qual seja instrumento, mas sim construtor do processo social.

Contudo o aprendizado necessário para o exercício da atividade política como prática coletiva, se dá mediante modelos que podem ser seguidos. Platão ao desenvolver sua teoria política aliada à vida prática, possui como referência o mundo ideal no qual a filosofia é aliada para a compreensão das formas de governo.

A possibilidade do Estado somente existe enquanto possibilidade de exercício. A concepção do ateniense não se desvincula a política da filosofia, ao contrário, ambas se complementam quando apontam o filósofo como o mais indicado a assumir o posto de governante.

As contradições existentes no pensamento de democracia existentes, devem ser vistas com base no contexto ao qual sua teoria foi concebida. Assim, o objeto central é entender o termo cidadão no seu sentido pleno. Mesmo que seja algo inalcançável, isto é, seja uma utopia.

**I – PANORÂMICA DO PENSAMENTO PLATÔNICO**

Platão nasceu em Atenas, em 427 a.C. O seu verdadeiro nome era Aristocles (nome de seu avô), e Platão era um apelido. Alguns afirmam que ele tomou esse nome pela modo amplo de seu estilo ou ainda pela largura de sua fronte.

Seu pai tinha orgulho de fazer parte da descendência do rei Crodo, e sua mãe afirmava ter parentesco com Sólon. Era, portanto, óbvio que Platão, desde a juventude, visse na política o seu ideal: a família, a inteligência e as atitudes pessoais, tudo movia naquela direção.

Aristóteles afirma que Platão foi o primeiro discípulo de Crátilo e, depois, de Sócrates. É provável que Platão freqüentou Sócrates, não para fazer da filosofia o escopo da própria vida, mas para preparar-se melhor, através da filosofia, para a vida política. Isso não fez, no entanto, que sua vida seguisse o rumo desejado.

Platão teve o primeiro contato com a vida política por volta de 404-403, momento de ascensão da aristocracia e de seus parentes, Cármides e Crítias chegaram ao poder. Os métodos usados por estes, no entanto, causaram em Platão uma experiência decepcionante e amarga.

Em 360, após a morte de Sócrates e de se manter afastado da vida pública, retorna a Atenas onde permanece na direção da Academia até 347, ano de sua morte.

Seus escritos somam ao todo o número de 36 obras; as quais no decorrer nos deteremos em alguns deles, que consideramos relevantes para a efetivação de nossas pesquisas.

**1. A Filosofia Platônica**

As doutrinas platônicas passaram por múltiplas evoluções e transformações de que os diálogos nos dão testemunho. Os autores estão de acordo sobre a classificação desses escritos em três grupos:

a) Diálogos da Juventude**[1]**de Platão, que se distingue por seu caráter socrático, isto é, preocupações quase exclusivamente antropológicas, éticas gnosiológicas. Os da segunda categoria deste primeiro grupo mostram, já o esboço da teoria das Idéias, por exemplo, o belo em si, as quais, porém, ainda não são concebidos como substância reais e independente, e sim como caráter geral, comum a tudo o que é, bom e belo, como tipo o que nos leva a uma analise fenomenológica de casos concretos. Juntamente com a preocupação de reduzir a virtude e o seu objeto, o bom e o belo ao seu tipo, temos aqui ainda a tendência de sistematizar todas as virtudes entre si (ao contrário do ensinamento socrático, que não era sistemático).

b) A segunda href="#\_ftn2" name="\_ftnref2" title="">[2] nos dá uma idéia madura do pensamento platônico e manifesta um considerável aumento de problemas, tais como ontológicos e psicológicos. Aqui temos a doutrina das idéias substantivas, que constituem o ser, o mundo real pura e simplesmente em oposição ao mundo do devir, sendo o primeiro o objeto da inteligência, ou da ciência propriamente dita (dialética), ao passo que o segundo, o mundo do devir pertence, como objeto, a sensação e a opinião, falha enganadora. Nestes diálogos, Platão estabelece a sua doutrina sobre imortalidade da alma; sobre a opinião verdadeira como transição a ciência, sobre a recordação que é, em ultima análise, a fonte para conhecermos as idéias. É ainda nesse diálogos que Platão coloca as duas doutrinas em base mais larga, metafísica, antropologia - psicológicas. Os diálogos dessa época se caraterizam por uma forma literária esmerada, ao mesmo tempo que manifesta em dogmatismo rigoroso. Apesar desse tom dogmático, entretanto, mostra-nos também, o quanto Platão lutou pela certeza e pela verdade. Finalmente, nesses diálogos tomou em consideração outros sistemas filosóficos, o que lhe deu algo a precisar sempre mais o seu próprio pensamento.

c) A última classe de escritos são os de Platão velho, como por exemplo, o livro das Leis. Aqui o filósofo desce das alturas de sua especulação metafísica, para se preocupar de problemas do mundo concreto e da vida política e moral quotidiana. Em suma, uma ocupação mais intensiva com a realidade terrestre. Nesse sentido Platão empreende uma espécie de harmonização de seu próprio pensamento com os de outros, uma atitude intermediária com relação aos diversos sistemas filosóficos. As ciências naturais ocupam maior espaço, principalmente a especulação matemática dos pitagóricos fascina o velho Platão. O problema das idéias se torna, grandemente, um problema de predicação lógica. A forma geral desses diálogos é, em geral, mais sóbria que a dos escritos anteriores.

Para compreender a filosofia de Platão, cumpre localizá-la em seu ambiente conatural: impasse da especulação filosófico-metafísico com os eleatas e Heráclito (soluções oposta insuficientes, por falta de distinção, no próprio domínio do ser). Cumpre, então, ligar todo este impasse à personalidade de Platão poeta. Daí o caráter dogmático da metafísica platônica; o menosprezo pela realidade material que se opõe num dualismo, ao ser das idéias; daí também a preocupação de uma fundamentação da mesma base sólida inabaláveis (contra o hedonismo dos sofistas); daí a problemática do conhecimento certo (contra cepticismo estéril da sofística); daí a busca quase fanática da verdade como único valor.

**2. O Mundo Material na Filosofia Platônica**

No primeiro grupo de seus escritos Platão nem menciona a realidade material como problema, a não ser uma única vez, no Crátilo, onde ele condena o Heraclitismo, dizendo que os criadores da linguagem deram nomes às coisas materiais e transpondo a sucessão de seus pensamentos e de suas imaginações para a realidade material. De resto, Platão fala da realidade concreta, sempre num contesto antropológico ou moral, para exemplificar ou para corroborar seu ponto de vista.

Entretanto, nos seus escritos do período de transição já se prepara a oposição entre concreto e idéias, se bem que Platão, por enquanto, só se refere ao domínio moral ou estético (o bom em si contra as coisas boas e o belo em si contra as coisas belas). A mesma oposição também já se desloca na distinção entre saber e opinião (por exemplo, no Górgias e no Mênon), ainda que também aqui, Platão permaneça no campo da antropologia e da Ética (virtude = saber).

Nos escritos da idade madura, encontramos, com várias mudanças, a teoria de dois mundos, fundamentalmente diversos: o mundo das essências ou das idéias e o mundo material, mundo do devir.

**2.1. O Mundo das Idéias**

No Banquete, Platão, indagando a natureza do amor, elabora uma concepção do mundo que culmina no belo em si. Já não se trata apenas de um fenômeno geral, chamado belo (equivalente mais ou menos a um conceito abstrato), mas de um ser que é sempre, não nasce nem perece, não aumenta nem diminui, não se chama belo apenas segundo algum aspecto ou em algum dado momento, ou em um determinado lugar somente; não consiste em determinada relação a certas pessoas, para as quais é belo, sendo feio para outros; não pode ser representado pelos sentidos, nem existe apenas no pensamento ou nalguma ciência não se acha em nenhum outro, quer em algum vivente, quer na terra, quer no céu, ou em outro lugar qualquer; mas é ele mesmo, segundo seu próprio modo estando só consigo mesmo. Um ser que permanece idêntico. O singular, concreto, é a negação de todas as qualidades acima (embora Platão não diga tão expressamente, limitando-se a afirmar que o mundo material é imagem desse belo em si de que participa de tal maneira, que o belo em si não sofre aumento, nem diminuição, nem é afastado de forma alguma por uma participação).

Temos, portanto, aqui, o paralelismo. Para caracterizar o mundo material de Platão, basta aplicar-lhe negativamente as qualidades do belo em si, as coisas deste mundo nascem e perecem, não são eternas, crescem e diminuem, são variáveis, relativos com respeito as pessoas, lugar, tempo, objeto de sensação Platão o mantém através de todos os seus escritos e, na fase de que estamos falando, ele pouco se preocupa com o problema da matéria primordial, como a de que todas as coisas materiais são constituídas, e que lhes confere a materialidade; tão pouco Platão indaga a respeito da estrutura interna dos seres materiais, como por exemplo, o fizera Demócrito. A única coisa que ele faz, é determinar mais ou menos vagamente, o grau de ser que compete ao mundo material.

Este trabalho de precisão é feito, de maneira limitada (do ponto de vista da imortalidade da alma) no Fédon[3]. Platão excetua a alma humana do mundo material; ela tem mais afinidade com o mundo da idéias do que com aquele. Existe antes do corpo, e depois dele. É independente do fluxo perpetuo das coisas (contra Heráclito, invocado, no entanto, como autoridade no argumento de Platão; Heráclito havia dito que a luta é o pai de tudo e que as coisas nascem sempre de seu contrário. Ora, argumentos, Platão, onde há morte, deve haver vida! É de notar, entretanto, que o princípio de Heráclito da contrariedade é corrigido, aqui, pela teoria pitagórica da metempsicose que inclui a preexistência da alma, desta forma teríamos o argumento: o corpo morre, a alma é indivisível e não dissolve, portanto, ela permanece. Dá a vida a um novo corpo. Logo, a vida nasce da morte), sendo do fluxo das coisas, tendo afinidade com o mundo ideal, a alma é, portanto, mais se do que o corpo que é material.

É importante verificar que, Platão insiste na indivisibilidade da alma. Ora, só o mundo das idéias é indivisível, e com isso imutável. O mundo concreto, ao contrário, é composto, mutável, perecível, (temos aqui, por conseguinte, a generalização explicita do que Platão já dissera, implicitamente, no banquete). Nesse argumento, Platão exclui do mundo das idéias a opinião dos atomistas e de todos os que afirmam que o ser resulta da composição de partes materiais; Platão combate a opinião, como se a alma fosse apenas a harmonia dos elementos que constituem o corpo. Heraclitismo, atomismo, teoria da harmonia, podem ter um valor relativo, com respeito ao mundo material, porém com as ressalvas que o mundo material não é, propriamente ser.

Esta idéia é claramente expressa na Republica[4]. Platão distingue aqui, dois reinos, um pertencente à instituição intelectual. O outro a sensação. Em seguida ele descreve este dois mundos, na sua célebre Alegoria da Caverna[5]. Os homens no fundo desta caverna não vêem, senão sombras (as coisas deste mundo). Nos trechos seguintes, Platão fala da hipótese de estes homens serem libertados de sua prisão. Primeiramente eles se sentiram ofuscados pelo sol, mas não obstante, eles já estariam no seu conhecimento, mais perto do verdadeiro Ser. Idéias existem, assim nos explica Platão, de todas as coisas, dos seres vivos em torno de nós, das plantas, e das coisas feitas por mãos humanas. Em outros termos, o verdadeiro Ser, mesmo das coisas materiais, não se acha concretizado na matéria e sim, no reino das idéias, onde a multiplicidade do material está expressa em si. As coisas materiais são, e no entanto não são. Estando no meio do ser puro e simples, e o Não-Ser. Vê-se, portanto, como Platão abandona, aqui, o doutrina dos Eleatas sobre o Não-Ser. Para ele, o não-ser de certa maneira é, portanto há coisas materiais, mutáveis.

No Fedro, Platão discorre mais sobre Eros, o amor, e a idéia de Belo que o condiciona.

Nos escritos de Platão velho, esta doutrina continua ainda sendo a essência do ensinamento platônico. No Teeteto[6], o filósofo examina, de um ponto de vista epistemológico, (ciência-opinião) os dois mundos, determinando ainda mais o caráter relativo do mundo material. Acentuando a diferença entre saber e opinar (= sensação), Platão acentua ao mesmo tempo a profunda diferença entre mundo ideal e mundo do devir.

O Parmênides examina a questão da multiplicidade dos seres materiais, e o problema, se existem idéias de todas as coisas. O interlocutor Sócrates, parece admitir a multiplicidade dos entes materiais e afirma que há uma idéia de cada classe (espécie) dos seres se bem que, de outro lado, ele pareça hesitar em admitir idéias de coisas vis, como cabelo, pó, sujeira. O Parmênides é, talvez, um dos diálogos mais difíceis, portanto está cheio de aporias a respeito da Teoria das Idéias, aporias que ficam sem solução. É de notar, que neste dialogo, não é Sócrates que está proferindo suas teses, e sim Parmênides, exortando este a levar a teoria das idéias às ultimas conseqüências.

No Sofista[7], no qual também o Eleata é o personagem principal, há uma polêmica implícita contra os materialistas. Embora estes possam ser induzidos a admitirem fora da matéria, algo incorporal, seu conceito de ser é insuficiente e está mesmo errado quando o definem como o que tem poder de agir, de qualquer maneira, sobre outro, ou dele padecer. Em outras palavras, o ser corporal, enquanto movido por algo incorpóreo, não é ser propriamente dito.

No mesmo diálogo (Sofista), Platão entende o não-ser das coisas materiais, não com relação às idéias, mas também enquanto cada ser é diferente do outro; (não é o outro, é limitado).

Já no Filebo, que se caracteriza, de maneira geral, por um exame mais detalhado do mundo material, encontramos, enterrando, a mesma oposição entre idéias e mundo. Igualmente, ainda no Timeu que divide claramente o que sempre é e o que sempre devem. Corpóreo é vir-a-ser são sinônimos, assim como ideal e ser.

O segundo passo dado por Platão, na sua problemática a respeito do mundo material, é o determinar as relações que existem entre este e o mundo das idéias.

Na primeira fase da Teoria das Idéias, Platão explica o mundo material apenas por uma participação das respectivas idéias, estando estes dois na relação realidade-imagem.

Há outras expressões que falam de uma presença da idéia no objeto material. Mas também aqui Platão está longe de nos dar as causas dos seres materiais. Poderia se dizer, no máximo, que as idéias são causas exemplares do mundo terrestre.

Uma espécie de causalidade física é mencionada na Republica[8], onde o filósofo compara a idéia do Bem com o sol. Assim como este não somente torna visíveis todas as coisa materiais, mas também lhes dá vida, assim também o Bem em si não é somente causa de toda a intelecção, mas ainda confere bondade e ser a fundo. O sol (material) mesmo é o filho do Bem a cuja imagem e semelhança gerado. Tudo o que se pode conhecer recebe da idéia do Bem não só a sua cognoscibilidade, mas também e sobre tudo, todo o ser, toda a entidade, vem dela; no entanto, este Bem mesmo não são esses seres, mas está além da entidades, mais sublime e rico em dignidade e força. Estes lugares parecem indicar que a primeira causalidade de todo o ser vem do Bem (sendo este, inclusive, causa das idéias), e que os seres materiais, em particular, tem como causa imediata, o sol. De fato, está concepção não explica grande coisa acerca do mundo material e de seus princípios. Mas cumpre não esquecer o seguinte, a República não é um tratado de filosofia natural; Platão, estuda aqui a organização do Estado, que ele concebe como um organismo, análogo ao organismo humano com sua alma tripartida. Neste organismo, as partes são subordinadas ao todo, e o movimento tem a sua finalidade no bem do todo. Pode ser que Platão tenha concebido o mundo também assim. Uma indicação temos no Filebo onde se estabeleça o princípio que o devir tem como fim o Ser que sob este ponto de vista se chama Bem. Em uma palavra, Platão na República, atribui ao Bem uma causalidade final. Se além disso, o Bem exerce em causalidade física, eficiente, é muito difícil explicar.

Temos uma série de passagens, em diversos diálogos[9], em que Platão dá uma atenção especial à ordem e harmonia do Cosmos (concepção pitagórica) o qual, por conseguinte, não pode ser obra do acaso mas deve ter uma alma. Esta alma move no universo e todas as coisas em particular, movimento esse que tende ao Bem como a causa final.

No Timeu ainda se descreve mais minuciosamente a alma do mundo e nas Leis encontramos até um a dupla alma, uma boa, que dirige ao Bem, pela razão, e outra má, aliada aos elementos irracionais. (É de notar que no início de sua carreira, Platão concebia a alma como algo absolutamente simples e imóvel estranha ao organismo). Na República ele abre um espaço nesta concepção, rígida pela doutrina das três partes da alma; dando-lhe assim uma afinidade maior com o corpo. Se na República ele fala apenas da alma humana, no entanto só lhe era necessário generalizar esta doutrina aplicando-a à, alma do mundo e ter assim, uma explicação do mundo em movimento (mundo material).

Todas essas tentativas, porém, não dão conta, satisfatoriamente, da origem e da materialidade das coisas, assim como também não explicam a multiplicidade dos seres e o movimento, por mais que Platão se esforce de escapar às dificuldades (participação dos seres materiais em varias idéias, mistura das idéias, etc.).

Platão estuda o problema da matéria primordial, o do princípio de que as coisas são feitas assim como a questão de sua causa eficiente, mas fá-lo, ainda assim, a seu modo.

Fora de uma vaga indicação no sentido de que o Bem (e o sol) dá o ser, a vida, o crescimento, às coisas materiais, Platão se põe o problema da causalidade eficiente em um único diálogo, no Timeu, que data de bem perto do fim da vida de Platão.

Mantendo, todavia, o dualismo fundamental entre mundo material e mundo ideal, com seus, caracteres irredutíveis, Platão empreende nesse diálogo, uma cosmogonia e uma cosmologia, propriamente ditas.

O mundo, diz ele, foi feito pelo demiurgo que, fixando o olhar sobre as idéias como protótipo, o produziu como um ser animado. É isto, porque sempre o ser dotado de alma e de razão perfeito que um ser inanimado. O universo é um só. Nele há seres diretamente criados pelo demiurgo, os imortais deuses (espíritos que presidem aos astros); estes, por sua vez, criam os seres mortais e perecíveis.

Tendo estabelecido o fato da criação do mundo (não no sentido cristão, evidentemente), era lógico que Platão previsse o problema daquilo que Aristóteles chamaria matéria primeira. De quê o demiurgo fez o mundo? Esta pergunta, para Platão, é relacionada no sentido de um em que foi feito o mundo?

O terceiro (fora dos idéias como causa exemplar e o demiurgo como causa eficiente) é o espaço vazio. Nele, o demiurgo limitou as diversas parcelas, por diversas figuras geométricas (influência dos pitagóricos). Nesta fase de sua vida Platão parece considerar, definitivamente, o matemático, como intermediário entre o ideal e o material. Aristóteles, nos diz mesmo que no fim de sua vida, Platão identificaria o matemático e as idéias. O espaço assim delimitado dá origem aos elementos de que o Timeu conhece quatro: terra, água, fogo e ar.

Partindo desses quatro elementos, Platão em seguida, a origem dos seres múltiplos e de sua atividade, tendo a Razão (deuses, alma do mundo) a necessidade com outro fator igualmente importante, é pela tendência natural com que cada elemento procura o seu lugar correspondente, e pelo predomínio de um outro desses elementos que se formam os corpos mistos e que se explica a atividade desses corpos.

Com isto, Platão, se achava em pleno problema da estrutura interna dos seres materiais. Antes ele não tinha se preocupado com este problema. Parece, apenas, ter rejeitado o materialismo grosseiro do atomismo de Demócrito, que só reconhecia átomos quantitativamente diferentes, os quais se reúnem ou se separam sem intervenção de algum princípio imaterial. Aqui, no Timeu, Platão, parece adotar a teoria de Empédocles, substituindo o amor e o ódio (as duas forças motoras) pela razão e a necessidade. Isto, ao menos, quanto a estrutura física das coisas materiais, não reconhecendo, entretanto que estas coisas sejam ser simplesmente.

Num diálogo posterior ao Timeu (Epinomis), Platão conhece cinco elementos: ar, éter fogo água e terra.

Estes cinco elementos dão consistência e visibilidade ao mundo. Para que as coisas sejam visíveis é preciso palpáveis, terra. Ambas únicas pelo ar e pela água. Entre estes quatro existe a proporção: fogo, água = ar, água, terra.

Embora os corpos particulares sejam perecíveis, o mundo como tal, enquanto um todo, hormônios, sujeito à alma, não conhece doença, nem velhice, nem morte.

Uma vez estabelecida esta tese dos quatro elementos que marcam a estrutura fundamental dos seres materiais, Platão tem como base sólida para o estudo dos corpos em particular. Assim encontramos no Timeu uma série de considerações a respeito do organismo humano, suas doença e a cura das mesmas. Em diálogos anteriores, Platão havia completamente negligenciado este ponto, com exceção, talvez, do Filebo, onde analisa os seres materiais, descobrindo-lhes vários graus: o intermediário ou sem limite; o determinado ou que tem limites (o que está ordenado por números e medidas).

Dir-se -ia que Platão, com respeito à composição dos seres materiais pelos 4 elementos, devia partir do mais simples até chegar ao organismos mais complicados. O contrário, porém, se dá. Platão defende (com respeito aos organismos) uma teoria de descendência às avessas: os organismos inferiores nascem, por uma espécie de degenerescência, dos organismos superiores.

A situação da psicologia de Platão no conjunto de suas doutrinas: o mundo das idéias e o mundo físico, tão afastados um do outro que necessitam de um intermediário. Este intermediário é a alma. É ela que dá ser, movimento, vida, a este mundo material, e é a alma que faz com que os viventes são o que são. A doutrina de Platão sobre a alma não é uniforme. Acompanha a marca geral da evolução da metafísica Platônica.

**3. A Concepção Platônica de Homem**

No diálogo intitulado Fédon, o filósofo estuda de modo extenso as relações que existem entre a alma e o corpo[10], não que ele tenha um interesse nestas relações, mas sim com o feito de provar a imortalidade da alma. Segundo, este diálogo, Platão expõe que a alma é destinada a dominar, e o corpo a servir. O corpo é, aliás, considerado, como algo de pouco valor, e se a alma lhe dá a vida e o utiliza como instrumento, isto resulta, em última análise, em prejuízo desta mesma alma. Muitas vezes o corpo se revolta contra a hegemonia da alma, se bem que muitas vezes sem sucesso; os processos vitais não podem deixar de serem governados pela alma.

Platão ilustra, com um exemplo, como a alma preside à vida orgânica: um tecelão durante a sua vida tece para o seu uso uma série de roupas, as quais ele gosta, sucessivamente, sendo que ele mesmo permanece e sobrevive a todas elas. Assim a alma tece sempre de novo a veste corruptível que é o seu corpo.

No Fédon, embora ele estabeleça claramente uma relação entre alma (espiritual e imortal) e os processos biológicos, procuramos em vão, no entanto, a tese da união substancial entre ela e o corpo. Apenas Platão nos diz que esta união não é como diziam os pitagóricos, a harmonia do corpo. Alma e o corpo, segundo Platão, são duas coisas distintas e permanecem distintas; não se unem ao ponto de ficarem idênticas.

Sendo a alma o que move o corpo ela ao mesmo tempo é auto-movimento[11]. É principalmente no Fedro, onde Platão expõe esta idéia do auto movimento (do qual ele tira a conclusão que a alma, sendo o princípio de todo outro movimento, deve ser imortal, sendo o seu movimento eminente desde a eternidade). Neste diálogo, Platão caracteriza a vida justamente como aquilo que é movimento de dentro (pela alma)[12]. O fato de ser movido de fora é o indício mais seguro de que não possua alma. É claro que o movimento de que fala Platão, não se deve entender somente do movimento local do corpo. A alma se move, vive por si; o corpo vive, e é movido pela alma.

Nas Leis, a alma é chamada primeiro motor (analogia entre alma individual humana, e alma cosmos). Ele é causa de tudo o que é bom ou não, belo ou feio, justo ou injusto e de todos os outros contrários.

A questão das partes da alma como vimos no Fédon, Platão supunha ainda a alma como uma é indivisível. Mas como ele não admite uma união substancial da alma como o corpo, e sim ao contrário considera este como que a prisão da mesma, o exercício das funções meramente biológicas não se harmonizam bem com a natureza da alma tal que a define Platão como ser espiritual imortal. Daí temos em outros diálogos (República, Fedro e Timeu), a tricotomia, a divisão tripartida das almas. Esta possibilitava a Platão não somente de salvaguardar o caráter espiritual da parte racional, como também de explicar mais satisfatoriamente as funções não-intelectivas da alma. Até então, ele tinha afirmado, mais ou menos vagamente, que a alma dominava o corpo, movia-o. Agora ele pode determinar como isso é possível, visto que as duas outras partes, segundo ele, bem numa união mais estreita com a matéria, de que a parte intelectiva (que participa do mundo das idéias), jamais poderia ter. Por outro, Platão, com esta doutrina, destrói, logicamente, a unidade da pessoa.

Platão, falando de partes da alma não as entende como faculdades distintas, nem como mais tarde Aristóteles, no sentido das diversas funções que uma e a mesma alma é capaz de exercer, mas praticamente Platão afirma três almas.

**3.1. A Alma em Platão**

Na República, Platão estabelece uma analogia entre as três href="#\_ftn13" name="\_ftnref13" title="">[13]. Aos príncipes, corresponde a alma intelectual, à classe militar corresponde o ânimo, e à classe agrícola (operária) a concupiscência. Enquanto no Fédon a alma (suposta uma), governa o corpo, e ele, na sua totalidade que é o principio de todo o movimento (posto que o corpo pode antagoniza-la, até certo ponto), aqui na Politéia, a alma intelectual goza duma completa independência, ou melhor, não tem nenhuma relação direta com o corpo. Está diretamente orientado para o mundo das idéias. Isto não impede, porém, que ela, ou a virtude que lhe é característica, isto é, a sabedoria exerce uma influência sobre o ânimo (principalmente através da opinião verdadeira, que é um conhecimento intermediário entre a contemplação pura e a empíricia). Por sua vez, o ânimo está em relação com a parte inferior. Em uma palavra, o domínio do espírito sobre o corpo é apenas indireto. Por outro lado, o espírito ou a parte intelectiva pode ser antagonizada não diretamente pelo corpo, e sim pelas partes inferiores da alma. Praticamente, esta nova posição de Platão implica no seguinte: como ele é puro intelectualista que quase não conhece a vontade mas para quem, antes, o conhece a virtude e o agir virtuosamente são uma só coisa, segundo a doutrina da Politéia o defeito moral tem sua raiz única e exclusivamente na parte inferior da alma, e não como em outros diálogos, na alma (intelectiva na sua totalidade) como tal, que teria sido desviado do bem(= do conhecimento do bem pelo corpo). No Fedro, Platão compara a relação entre as três almas a um cocheiro que governa dois cavalos. O cocheiro é o que há de mais tipicamente humano, que ao dirigir seu carro, está com a cabeça mais perto do céu (as idéias). Dos cavalos um, o ânimo é nobre, o outro, a alma conceptível é de baixos linhagem, tende a dispersar, afastar-se da rota, desobedecer, estorvar o bom andamento do carro. A arte do cocheiro é governar a ambos de tal maneira que o carro alcance a meta.

No Timeu, finalmente, Platão assinala um lugar especial só organismo par cada uma dessas alma: os Nous no cérebro, o ânimo entre o pescoço e o diafragma, e a alma concupiscível entre diafragma e o umbigo. O coração é concebido como medianeiro entre a parte intelectiva e o ânimo, o fígado é considerado intermediário entre este e a parte mais baixa. Aqui, a concepção da alma como princípio de vida (biológica) tem um sentido próprio, ao menos duas partes da alma estão intimamente ligados ao corpo. (o intelectivo embora resida no cérebro, é sempre independente da matéria; este pensamento Platão nunca abandonara).

No Fedro, que trata explicitamente desta questão, Platão usa como argumento principal, o fato de a alma ser princípio de vida. Ela participa das idéias mais exatamente da idéia da vida em si. Não comporta, portanto, um inicio no tempo, nem a morte. Em outra palavras a alma preexiste ao corpo e o sobrevive[14]. Platão admite a migração das almas (é duvidoso, porém se Platão admitia a possibilidade de uma alma humana entrar num corpo animal). Com a mudança do ponto de vista, na Politéia, Platão devia logicamente chegar à uma conclusão que sé o intelectivo é imortal. Entretanto, neste diálogo, e no Fedro, ele deixa no escuro esse ponto. É só no Timeu que ele afirma serem as duas almas inferiores criadas com o corpo, sedo apenas a alma superior imortal.

**II – A CONCEPÇÃO POLÍTICA EM PLATÃO**

A,oral do homem platônico é uma moral sobretudo política. Este tipo de concepção de Platão se deu devido o fato de sua juventude ter sido marcada pelo Fenômeno conhecido como "polís", ou seja, o homem para Platão é o cidadão, que vive e participa da sociedade política.

Portanto a política sempre ocupar[a um lugar de destaque na vida do filósofo: "... passei por experiência comum a muitos e me decidi firmemente a uma coisa: apenas em condição de dispor da minha vontade, logo dedicar-me à vida política"[15].

O contexto em que viveu Platão foi um contexto onde a corrupção, não somente na cidade de Atenas, mas em todas as cidades do mundo grego. Este tipo de corrupção a liado a uma injustiça crescente da vida política de Atenas, contribuíram para que Platão fomentasse dentro de si o desejo de propor uma nova forma e concepção política, onde a justa medida, governasse a vida de todos os cidadão da pólis.

O estopim para o caminho do amadurecimento político da filosofia de Platão, se deu sem dúvida nenhuma, após o episódio da morte de seu mestre Sócrates. Este fato coloca Platão diante de um dilema, se os governantes mataram aquele que era o mais justo, ou pelo menos aquele que possuía um diferencial significativa em relação aos outros cidadão, quem então poderá ser considerado um administrador dignos e que não seja corrupto?

Platão começa a pesquisar e observar as ações das pessoas no cenário político, evidenciando assim, todo o quadro de complexidade que envolve a administração da pólis.

O caminho que o filósofo encontra para mudança da concepção política de sua época, é a reformulação de todas as constituições e legislações que regiam a própria pólis. Desta maneira Platão não pretendia curar a doença da corrupção e da injustiça, através de medicações paliativas, mas pretendia solucionar o problema em sua origem, propondo uma nova base para todo o assentamento político que os novos governadores teriam de trabalhar.

O caminho que Platão colocará para um reta orientação da administração da pólis, através de um meio mais justo e que não exista a corrupção, é o caminho da filosofia, isto é, a filosofia possibilitará que o administrador público seja mais coerente com suas ações e possa se orientar por uma norma que o guie tranqüilamente pela tumultuada vida política.

Os únicos em condições para assumir o poder para Platão são os filósofos, pois estes, são os únicos capazes de entender e se guiar pela justa medida, desta maneira o que se coloca para o administrador acima de tudo é a sapiência, este munido dos recursos que a filosofia

A nova política platônica e o novo Estado deverão ter seu instrumento na filosofia, porque ela representa o único caminho seguro de acesso aos valores de justiça e de bem, que são o fundamento verdadeiro de toda política autêntica e, portanto, do verdadeiro Estado.

A teoria do Estado Platônico tem seguido ou o caminho utópico da descrição do Estado perfeito, ou aquele mais realista das maneiras e dos caminhos para melhorar a forma do Estado.

Platão por isso, em Górgias não hesita e põe na boca de Sócrates este desafio:- "Eu creio que estou entre os poucos atenienses, para não dizer o único, que tentam a verdadeira arte política, e o único entre os que agora vivem, que a exercita"[16].

**1. A Política Ideal e a Realidade Histórica**

Platão estava convicto de que o Verdadeiro e o Bem contemplados devessem descer à realidade com o fim de torná-la melhor, *devessem tornar-se politicamente efetiva*.

Para ele, toda forma de política que pretenda ser autêntica deve ter em vista o bem do cidadão; mas, é preciso saber que o verdadeiro bem do homem é o *Bem* *Espiritual*. Enquanto o corpo é apenas seu casulo passageiro e fenomênico.

É nesta base que se diferencia a política verdadeira da falsa: a verdadeira política deve ter em vista o cuidado da alma (verdadeiro homem), enquanto a falsa tem em vista o corpo, o prazer do corpo e tudo que é relativo à dimensão "inautêntica do homem". E o meio para curar a alma não é senão a filosofia, e por conseqüência, a identificação com política e a filosofia. Isto no contexto platônico, de político e filósofo.

Esta concepção da dicotomia de corpo e alma se evidencia através de sua teoria do mundo das idéias, pois segundo ela o ideal perfeito esta num mundo inacessível, devido a limitação que matéria impõe, enquanto que neste mundo a imperfeito, somente serve de cárcere da alma. Desta maneira devemos buscar nos assemelhar ao máximo possível deste mundo de perfeição, que é mundo das idéias.

Esta ilustração serve a nós para entender o porque na concepção política de Platão o filósofo será o único em condições de administrar bem a cidade, pois esmo que ele seja limitado pela matéria, que é o seu corpo ele será conduzido pela filosofia a uma aproximação mais efetiva da idéia de justiça, podendo desta maneira tratar mais justamente os problemas de todos os cidadão proporcionado assim, uma vida mais digna a todos os que habitam a pólis.

Estado e a lei do Estado, constituía todo o paradigma de toda forma de vida do indivíduo, portanto o que era importante para o homem grego era ser um cidadão, pois somente nesta condição a sua virtude de homem será capaz de se manifestar, pois ser cidadão implica na participação da pólis, desde a tomada de decisões até a forma pela qual eram estabelecidas as leis que regiam a mesma. Portando a participação da pólis não era horizonte relativo, mas sim o horizonte absoluto da vida do homem.

Transferindo para a nossa atualidade o realismo político de Platão vai colocar em destaque a inversão de um idealismo traçado pelo filósofa ateniense, pois, é inegável de se descartar que diferentemente da concepção política platônica o indivíduo e o cidadão não é mais a mesma pessoa. Na Grécia o indivíduo somente tinha razão de ser, caso ele fosse um cidadão, pois desta maneira ele, se faria participante e integrante da vida da pólis, ao passo que o indivíduo de hoje, pode deixar de participar da vida política da cidade e não ser colocada para ele a questão da sua importância no processo político. O Estado renunciou há muito à apropriação das esferas da vida interior dos cidadãos que interessavam a Platão acima de tudo, deixando à consciência dos indivíduos a livre decisão nesses assuntos.

Pode-se percebem que o pensamento político não mudou pois ele requer para o seu dinamismo uma participação seja de qualquer tipo de esfera, agora o modo de como se dá a importância para o cidadão que existia na pólis grega e o indivíduo que existe na modernidade são impares e não se encontra caminhos de restaurar novamente esta mesma dignidade a que o homem tem direito, ou seja não se pode deixar de levar em consideração que a participação da vida da pólis era o que dava significada a vida do homem no coletivo, e hoje esta participação não coloca este mesmo significado ma vida do indivíduo moderno.

Já no âmbito da concepção histórica de Platão, este, estava condicionado em dois sentidos: pelos pressupostos do seu sistema e por determinada visão histórico – social - cultural do Estado, nenhuma nem outra podem repetir-se historicamente. Entretanto, Platão nos alertou quanto a verdade que hoje serve como advertência: uma política que, ao regular a vida em sociedade dos homens, abdique das dimensões do espírito e estruture-se exclusivamente segundo as leis da dimensão material do homem, não poderá subsistir; as exigências do espírito, negadas ou reprimidas, cedo ou tarde, tornam-se a impor-se inexoravelmente.

**2. O "Justo Meio" e a Arte Política**

Como já nos referimos antes, a ciência do político coincidia com o conhecimento supremo do Bem e das Idéias e, portanto, da filosofia.

Segundo Platão há dois modos de proceder na medida, que são dois critérios diversos. "Há a medida que tem como base a relação recíproca de grande -pequena, longo-curto, excesso-defeito, e é uma medida de caráter matemático. Há porém a medida segundo a essência que é necessária à geração" [17]. Ou seja, a medida que tem como base o *justo meio* ou a *medida justa*, a saber, as Idéias ou essências das coisas, e essa é uma medida que podemos chamar Axiológica, porque se refere a valores ideais (as qualidades) e não a puras quantidades. Este gênero de medida constitui, uma clara superação do pitagorismo, inteiramente análoga à que foi levada a cabo com relação ao eleatismo, com a introdução do "não-ser" como "diverso".

O justo meio para Platão, ou melhor dizendo, a justa medida, é oque colocará na administração da pólis a noção do que deve ser melhor oferecido para os cidadão, isto é, ela dará ao filósofo administrador o conhecimento capaz de evitar a injustiça e a corrupção, pois uma vez que o administrador, é um filósofo, que possui o instrumental da filosofia, este será guiado pela ética para o estabelecimento de valores que estarão dispostos da mesma maneira que as idéias em seu mundo, portanto estarão disposta segundo uma hierarquia de valores dos mais elevados decrescendo até os menos elevados que poderão orientar o melhor caminho para a realização plena da pólis e dos cidadãos.

Para se ter um conhecimento mais eficaz da justa medida que o administrador deve ter, O filósofo ateniense diz que a vida política é uma arte e ara então compreendemos melhor a vida política, demos compreender melhor do que se trata esta arte. Platão coloca para nós o exemplo da arte, pode ser dividida em duas partes: de um lado colocando todas as Artes que medem o número, o comprimento, a largura, a profundidade, a espessura, com respeito aos seus contrários; do outro as que realizam essas medidas na sua relação com a medida justa, com o conveniente, com o que é oportuno, com o que é dever-ser, e com tudo que tende ao justo meio, fugindo dos extremos.

A distinção aplicada, em geral, a todas as artes e de modo específico à arte do político, diremos que ela tem como objeto o justo meio, o dever, o oportuno, o conveniente nas esferas mais importantes da vida da Cidade.

A atividade do político distingue-se perfeitamente, desse modo, de uma série de atividades conexas com a política, mas que, na realidade, mostram-se subsidiárias e subordinadas a ela. Assim a retórica se distingue da política porque, enquanto a primeira é atividade de persuasão, a segunda é atividade que decide *se é* *ou não conveniente* persuadir (ou usar a força) e por isso é diversa, mas superior.

O raciocínio análogo existe para a Arte da guerra, que se ocupa em fazer e vencer a guerra, mas não em decidir *se é ou não conveniente* fazer a guerra de preferência a manter a paz, decisão que depende justamente a política e também a atividade dos juizes diversa da política e a ela subordinada, porque a primeira se limita a aplicar a lei, enquanto a atividade do político estabelece a lei.

Mas o político busca a medida justa ou o justo meio sobretudo na atuação de sua tarefa fundamental que é construir a unidade do Estado partindo de elementos heterogêneos mesmo opostos, dando-lhes uma única força e impondo-lhes um único selo. Com efeito, os homens podem ser divididos segundo dois temperamentos e duas virtudes opostas: de um lado os mansos e temperantes, de outro os audazes, valorosos e fortes.

O político deve justamente saber harmonizar esses temperamentos opostos como se compusesse uma tela e um tecido usando fios macios e duros. Ao tecer essa tela, ele fixará a parte divina do homem (a alma) com um "nó" divino e a parte animal (o corpo), como um "nó" humano. O nó divino é o conhecimento dos valores supremos, que amansa as almas audazes e torna sensatas as almas mansas e une as outras com relação ao belo e ao bom numa só opinião.

O nó humano, por sua vez consiste em fazer com que, por meio de matrimônios oportunamente combinados, as naturezas opostas se conjuguem, de modo que os temperamentos opostos venham a se equilibrar também do ponto de vista biológico.

Portanto, para Sócrates e Platão, não há distinção entre ética e política, porque é evidente a relação entre a ética e a ciência do Estado. E o homem para Platão só pode explicar-se moralmente se explicar-se politicamente.

Por fim, Platão quando se refere a *justa medida*, fala que ela domina as leis, revela seu fundamento de caráter "teológico" afirmando que, a medida de todas as coisas é Deus.

**III – A CONCEPÇÃO FILOSÓFICA DE PLATÃO**

O poder político constitui a substância da própria Filosofia Platônica. Platão buscou desde cedo as causas da corrupção dos homens de governo, seus costumes e as leis. Percebeu assim que não só Atenas, mas todas as cidades sofriam em razão de maus governos. Com efeito, sentindo a necessidade de reformas, louvou a reta filosofia e constatou que somente à luz dela é possível esperar ver justa a política das cidades e justa a vida dos cidadãos.

As injustiças e desventuras humanas não conhecerão fim a não ser no dia em que verdadeiros e puros filósofos terão acesso ao poder, no dia em que por algum "dom de Deus", as classes dirigentes nas várias cidades sejam inflamadas pelo verdadeiro amor da sapiência, e sejam formados por filósofos. Era o objetivo desejado por Platão.

O novo Estado Platônico tem seu instrumento na Filosofia, porque ela representa o único caminho seguro de acesso aos valores de justiça e de bem, fundamento verdadeiro de toda política autêntica e, portanto, do verdadeiro Estado.

No Estado idealizado por Platão, torna-se de máxima importância a seleção de jovens dotados de autêntica natureza filosófica (isto é, de jovens nos quais a parte racional da alma domina sobre as outras duas) e a sua educação. Podemos dizer que a paideia ginástico-musical produz os efeitos do Bem, mas não o conhecimento do Bem. É esta, portanto, a meta da educação filosófica: "alcançar o máximo", a posse do *Bem em si* na ordem do conhecimento. Para chegar a este conhecimento, requer-se *longo tempo* para percorrer o caminho do sensível ao supra-sensível, do corruptível ao incorruptível, do devir ao ser. O trecho mais longo e árduo deste caminho é constituído pela dialética, com a qual a alma atinge o puro ser das Idéias, e, através deste, chega à visão do Bem, ao "conhecimento máximo".

De fato, o método e o conteúdo da paidéia dos governantes e dirigentes do Estado são exatamente o método e o conteúdo da filosofia platônica. Todos os outros meios de conhecimento e ciências serão "aplicados" de acordo com cada classe para a melhor educação e ordenamento dos membros do Estado.

Platão sabia que todo ensinamento e educação deve ser proposto, não imposto, pois na alma não poderá existir nenhum ensinamento forçado. Porque para ele os meninos não deveriam ser educados com a violência, mas com os jogos. A prova maior da aptidão ou inaptidão de um jovem à dialética se dava deste modo: quem sabe ver o conjunto é dialético, quem não sabe, não o é. Esta é sua natureza, ver o todo, o conjunto inteiro[18].

Somente aos 50 anos, depois de ter passado por todas as provas na educação dialética e empírica é que termina, segundo Platão, a paidéia dos governantes: depois disto o papel era se dedicar à filosofia a maior parte do tempo, assumir o governo para o bem da comunidade, pois é necessário, por último, formar continuamente outros cidadãos a seu exemplo para governar e Estado.

Quanto à educação das mulheres e homens, bem como dos guardiões e guerreiros, Platão não faz distinção, pois tendo dotes iguais, devem receber a mesma educação e exercer as mesmas funções no Estado. Isto também é válido para a classe dos governantes. A maior valorização no que diz respeito a mulher da Antigüidade foi feita por Platão.

No Estado não pode haver privilégio de classes, mas deve-se fazer com que as classes se proporcionem vantagens recíprocas segundo a sua capacidade. O supremo "poder político" na visão platônica torna-se, pois, o supremo e necessário "serviço" daquele que, tendo contemplado o Bem, o faz descer a realidade e, através da práxis política, o distribui aos outros.

**1. O Estado Ideal**

A obra República pode estar na contribuição entre ética e política. Seu objetivo é a 'justiça' ou o 'Estado Ideal'? Do ponto de vista de Sócrates e Platão, não há distinção, a não ser por simples conveniência, entre moral e política. As leis do direito são as mesmas para as classes e para os indivíduos. Mas deve-se acrescentar que essas leis são, antes de tudo, leis de moral pessoal: assim se considera que a política está fundada sobre a ética, não a ética sobre a política.

O Estado Ideal para Platão é justamente como a ampliação da alma. Esse Estado platônico não é senão a imagem aumentada do homem: formar o verdadeiro Estado significa, para Platão, formar o verdadeiro homem. Isto é política platônica[19].

Para Karl Popper, em sua obra: A sociedade aberta e seus inimigos, o Estado Platônico seria, em suma, a negação da liberdade. Platão seria o inimigo da sociedade democrática e da democracia. Isto para salientar que a concepção de Estado Platônico, como afirma Popper, é qualificada como conservadora e reacionária, bem como acentuadamente totalitária. Contudo, pode-se dizer que em função das categorias próprias das ideologias políticas modernas atuais. Pois o discurso autêntico político de Platão, é sobretudo, Filosofia, metafísica e até escatologia do Estado. Embora alguns considerem ideologia. De fato, tais equívocos são relevantes no terreno da discussão filosófica, porém, o que Platão pretendeu foi conhecer e formar o Estado perfeito (Ideal) para conhecer e formar o homem perfeito.

Na República, Platão leva o Estado às últimas conseqüências: O Estado é a alma ampliada, e entre a alma e o Estado há uma correlação recíproca. A sede autêntica do verdadeiro Estado e da verdadeira política é justamente a alma.

Segundo Platão, o Estado nasce de nossa necessidade. Como as necessidades são múltiplas, cada pessoa necessita de muitos outros homens que atendam a essas necessidades. Tendo em vista a satisfação das necessidades essenciais da vida, tem igualmente necessidade de uma classe de guardiões e guerreiros. O Estado deve ter tudo que corresponde a sua formação e segurança. Os guardiões deve ser dotados de mansidão e de ousadia; devem ser fortes e ágeis no físico, irascíveis, valentes e amantes do saber na alma. Para estes é necessária uma educação muito apurada. A cultura (poesia e música) e a ginástica serão os instrumentos mais idôneos para educar o corpo e a alma do guardião.

O pensamento platônico reformula a paidéia helênica. A poesia da qual se alimentará a alma dos jovens no Estado perfeito deverá ser purificada de tudo quanto é moralmente indecente e indecoroso, e de tudo quanto é falso, sobretudo no que diz respeito às narrações em torno dos deuses. Tanto na questão da música quanto da ginástica deve, assim, ser em ritmos apropriados e simples para a música e apropriada e simples para a ginástica para não cair em nenhuma forma de excesso. Ela deve acompanhar a educação da alma, que voa pode tornar bom o corpo, mas não vice-versa. Toda educação deve, portanto, servir para produzir no homem acordo e harmonia perfeita. Dentre os guardiões haverá aqueles que deverão "obedecer" e aqueles que deverão "mandar". Estes últimos, são os dirigentes do Estado, pois mais que os outros amam a Cidade, ao longo da vida, realizando com zelo o que é útil e bom (estes são os filósofos verdadeiros, terceira classe...). Entretanto, é preciso ter em mente que em Platão a divisão de classe ainda não estava completa. As três classes sociais constituem abertura moderada. No fundamento das classes está a índole humana, cada classe com a índole que melhor corresponde com a sua.

À primeira classe, formada por camponeses, artesãos e comerciantes, é concedida a posse de bens e riquezas "moderadas". Aos defensores do Estado não será concedida nenhuma posse de bens e riquezas; terão habitação e mesa comuns, e receberão víveres da parte dos outros cidadãos como compensação pela sua atividade. Isto para a felicidade do Estado: entretanto não é só uma classe que deverá ser feliz no Estado perfeito já que, tendo equilibrada felicidade do Estado na sua integralidade, cada classe deve participar da felicidade somente na medida em que a sua natureza permite.

Os guardiães devem, como definiu Platão, vigiar quanto ao equilíbrio do Estado, para que na primeira classe não penetre nem demasiada riqueza nem demasiada pobreza, bem como para que o Estado não se torne demasiado grande nem demasiado pequeno. Isto tem em vista o cuidado quanto a índole e a natureza dos indivíduos para que correspondam as funções que exercem e que se proceda adequada à educação dos melhores jovens. Não se devem mudar com isso as leis que as regem, nem o ordenamento do Estado.

O Estado ideal é delineado, mostrando a natureza e o valor da justiça; para isto, Platão descreve as virtudes cardeais, isto é, além da justiça, a sapiência, a fortaleza e a temperança. O Estado perfeito deve possuir as quatro virtudes fundamentais. O Estado é sábio pela classe dos seus governantes. A fortaleza é a virtude própria sobretudo dos guerreiros e o Estado é forte pela classe dos seus guerreiros. O Estado temperante é aquele no qual os mais fracos estão de acordo com os mais fortes e os inferiores em plena harmonia com os superiores. Quanto a justiça, percebe-se quando cada cidadão e cada classe atende às próprias funções do melhor modo, então a vida do Estado se desenrola de maneira perfeita e temos exatamente o Estado justo.

Como foi dito anteriormente, o Estado não é senão a ampliação do homem e da sua alma. Deste modo Platão diz: "- Penso que diremos também, Glauco, que o homem é justo do mesmo modo que a cidade é justa"[20]. As três classes sociais do Estado deverão corresponder a três formas ou faculdades na alma: a racional, a irascível e a apetitiva. Caberá à parte racional mandar. Assim, Estado feliz é somente aquele que cumpre ordenadamente as suas funções segundo a justiça e as outras virtudes.

O princípio de que a classe dos guardiães do Estado deve ter todas as coisas em comum: além da habitação e da mesa, também as mulheres, os filhos, a criação e a educação da prole, era mesmo revolucionário para os padrões do sistema da época. Tanto no que tange ao papel da mulher como do homem, dentro e fora das funções do Estado. Para não dizer que a concepção de leis que regem o Estado platônico eram autoritária nos termos que se definem hoje em dia, penso que ao invés de autoritário como diz Karl Popper, era mais uma forma rigorosa e nova de um novo Estado como queria Platão.

No que se refere a família, posta também em comum, os guardiões de nada mais poderão dizer "é meu", porque tudo absolutamente será comum, à exceção do corpo. É nesta definição que pode-se perceber o "comunismo platônico". Assim define Platão: "- Ao contrário, no Estado em que o maior número de cidadãos, a respeito da mesma coisa e segundo o mesmo sentido diz justamente é "meu" e "não é meu", "não haverá legítimo governo? - Sim, ótimo"[21]. Levando-se em conta estas afirmações, é evidente que o "comunismo" platônico não se aplica ao "coletivismo moderno", seja em razões históricas ou teóricas.

Quanto as disposições teóricas, os guardiões da cidade platônica, estão mais na posição de uma burocracia coletivista. O motivo da proibição de toda posse individual, mesmo da posse de uma mulher, combina-se com o princípio da seleção racial no conduzir à teoria da comunidade de mulheres e filhos para os guerreiros. No fundo Platão visava a uma grande família, para unificar a Cidade, cortando pela raiz tudo o que fomenta os egoísmos humanos.

Convém, no entanto, admitir que Platão não tinha "bem claro" o conceito de homem como indivíduo singular, único e irrepetível, usando termos atuais. Acima deste conceito, valia para ele mais a raça que o indivíduo, mais a coletividade que o sujeito singular.

O Estado ideal descrito por Platão é uma "aristocracia" no sentido mais forte e significativo do termo, vale dizer um Estado guardado e governado pelos "melhores" por natureza e por educação, fundado sobre a virtude como valor supremo e caracterizado pela primazia, nos seus cidadãos, da parte racional da alma. O Estado ideal e o homem régio ou aristocrata que lhe corresponde são caracterizados pelo domínio inconstante da racionalidade, virtude e liberdade, estes são os chefes do Estado. E igualmente na classe dos guardiões-guerreiros, na medida em que regula a alma irascível nela produzindo a virtude e coragem, e na classe inferior na medida em que regula a alma concupiscível nela produzindo temperança. Esse é o Estado são e, como tal feliz.

A felicidade superior do homem que vive segundo a política do Estado perfeito, isto é, vive a vida filosófica. A felicidade não pode consistir senão na forma mais alta do prazer, que é o da parte racional da alma. É o prazer mais verdadeiro. A vida política neste Estado garante a felicidade no aquém como no além, na vida depois da morte, para sempre. Para Platão a "verdadeira política" é aquela que não nos salva apenas no tempo, mas no eterno e para o eterno.

A República platônica exprime fundamentalmente um ideal realizável (mesmo historicamente o Estado perfeito não existe) no interior do homem, vale dizer, na sua alma. Se o Estado perfeito não existe fora de nós, podemos, no entanto, construi-lo em nós mesmos, seguindo a política verdadeira no nosso íntimo. Para Jaeger: "a essência do Estado de Platão não está na estrutura externa - dado que possua uma - mas no seu núcleo metafísico, na idéia de realidade absoluta e de valor sobre o qual é construído. Não é possível realizar a república de Platão imitando a sua organização externa, mas somente cumprindo a lei do bem absoluto que constitui a sua alma"[22].

É natural que, no Estado histórico, o cidadão que vive a política da cidade ideal, tone-se estranho e tanto mais estranho quanto mais a sua vida se conforma com a política ideal. É daqui que surge a idéia, em Platão, do cidadão das duas Cidades, a Terrestre e a Divina, portanto um dualismo.

**1.1. O Filósofo como Paradigma do Estado Ideal**

Sendo a República voltada para o mundo 'ultraterreno', o homem tem uma alma e pode alcançar a bem-aventurança eterna, e é essa bem-aventurança que, acima de tudo, importa conquistar na vida. As instituições sociais e a educação que o põem em condições de conquistá-la são instituições e educação justas; tudo o mais é injusto. O filósofo, por sua vez, é o modelo do Estado ideal. Este é o homem que encontrou o caminho para essa bem-aventurança. Todavia, deve-se ter em mente que o filósofo só pode ser justo consigo se for para com a sociedade.

A possibilidade do Estado ideal platônico será possível segundo a caracterização específica dos "governantes" ou "regentes" supremos do Estado e sua peculiar paideia ou educação. Além do fundamento teórico, é a concepção da natureza dos governantes que vai tornar possível a realização do Estado platônico. A principal condição para a sua realização é que os filósofos se tornem governantes e os governantes, filósofos. Portanto, o filósofo não somente projeta teoricamente o Estado perfeito, mas é também só o filósofo que pode realizá-lo e fazê-lo entrar na história. Eis o que diz o próprio Platão: "-..., os filósofos não sejam reis na sua cidade ou os que ora se dizem reis e soberanos não se entreguem honesta e convenientemente a filosofar, e uma coisa e outra não coincidam na mesma pessoa, ou melhor, o poder político e a filosofia,..."[23].

No que concerne à possibilidade do Estado platônico encarnar-se historicamente, não só no presente, mas também no passado e ao futuro, temos, a opinião do próprio Platão: "- Obrigados pela verdade, dizíamos que nem Estado nem Governo, nem mesmo um homem, poderia tornar-se perfeito antes que a estes poucos filósofos, chamados agora não de maus, mas tidos como inúteis; não aconteça por uma sorte favorável; queiram eles ou não, à necessidade de assim o cuidado do Estado e, à cidade obedecer-lhes; ou então que aos filhos dos poderosos ou reis de agora ou a esses mesmos alguma divina inspiração não infunda o amor da verdadeira filosofia"[24].

Colocar o filósofo como construtor e regente do Estado significa colocar o Divino e o Absoluto como medida suprema e, portanto, fundamento do Estado.

Por isso, Platão mostra o conceito de sua filosofia que acabamos de expor dizendo: "- Tenha pois acontecido ou não aos perfeitos filósofos essa necessidade de governar o Estado no tempo infinito que já passou, ou aconteça agora em algum país bárbaro longe daqui e fora do nosso conhecimento, ou venha a acontecer no futuro, ao menos isto estamos prontos a sustentar, a saber, que o Estado que descrevemos foi, é e será tal, todas as vezes que esta Musa filosofia se tornar senhora da cidade. Com efeito, nem é impossível que tal aconteça nem nós dizemos coisas impossíveis; mas que sejam difíceis somos os primeiros a admiti-lo".[25]

O filósofo para Platão, depois de ter alcançado o divino, contempla-o e o imita, plasma a si mesmo de acordo com ele e, por conseguinte, posto à frente do Estado, plasma e conforma o Estado segundo a mesma medida. Este entendendo-se com o divino e ordenando, torna-se ele também divino e ordenado à medida que é possível aos homens.

Platão mostra a suprema Idéia de Bem, dizendo que o bem em si esta como "modelo" supremo ou paradigma do qual o filósofo deve servir-se para regular a própria vida e a vida do Estado. Portanto, o Estado platônico pode ser definido como a entrada do bem na comunidade dos homens por meio daqueles poucos homens (justamente os filósofos) que souberam elevar-se à contemplação do Bem. E a Idéia do Bem é o divino no mais alto grau, o Estado platônico torna-se, assim, a tentativa de organizar vida associada dos homens na base do mais elevado fundamento "teológico". O Divino torna-se, por sua vez, o fundamento da vida dos homens na dimensão política, o eixo da verdadeira polis. Logo, a Cidade Platônica Ideal encontra-se na base do estatuto verdadeiro, na qual os filósofos constróem sua inteligência indagadora para alcançar o conhecimento do Bem divino.

**2. O Homem de Estado e a Lei**

Depois de ter traçado as linhas da construção do Estado Ideal, veremos que, uma das finalidades da Academia Platôristocracia e a democracia" são formas de constituição justas, desde que quem governe respeite as leis e os costumes. Se, ao invés, a lei não é respeitada, nascem três formas correspondentes de constituição corrompida: monarquia (tirania), aristocracia (oligarquia) e democracia (torna-se democracia corrompida - hoje, 'demagogia').

Mesmo levando-se em conta toda forma de corrupção, a melhor forma de constituição, segundo Platão, é, portanto, a monarquia, vinculada a boas leis, embora, sem lei é má e a mais insuportável para viver nela. Esta forma deve ser separada de todas as outras formas como um deus é separado dos homens.

**2.1. A Finalidade das Leis**

Na última obra de Platão, Leis, está seu testamento político. Elas traçam um desenho geral do Estado e adentram suas particularidades, fornecendo um modelo quase completo de legislação de uma Cidade. A Academia de Platão foi continuamente solicitada a prestar serviço na (redação de leis), pois nela havia peritos em jurisprudência. A exemplo, como dizem, que o próprio Platão pode ter sido solicitado a redigir leis para Megalópolis e, embora tivesse ele declinado do convite, muitos dos seus companheiros se prestaram a essa tarefa para muitas novas cidades.

Era desejável que aqueles a quem acaso fosse dirigido o convite para fazer leis tivessem sob a mão um exemplo do modo de como essa tarefa devia ser levada a cabo. As Leis pretendem justamente oferecer tal exemplo. São sem dúvida obra de grande importância, especialmente em razão da uma finalidade prática, por serem a síntese daquilo que Platão julgava imediatamente realizável dentre as instâncias políticas.

Por sua vez, a concepção do rei-filósofo e do Estado dirigido por tal homem permanece o ideal expressamente reiterado, mesmo que se reconheça ao mesmo tempo, como já no Político, a necessidade de recuar para uma concepção mais realista, estabelecendo como soberanas as leis: porque Platão não acreditava, nascer um dia um homem capaz, pela sua natureza, de satisfazer as condições de conhecer o que é útil à convivência política dos homens e de querer sempre da melhor forma quando o tenha conhecido, não será necessário que haja leis que exerçam soberania sobre ele.

Para o pensamento platônico, nem as leis nem ordenamento algum valem mais do que a inteligência; nem corresponde à ordem das coisas que a inteligência seja sujeita ou escrava de quem quer que seja, mas que governe sobre tudo, já que se apoia sobre a verdade e seja efetivamente livre, conforme à sua natureza. Pode-se dizer que hoje isto não se realiza, a não ser em medida bem reduzida; com isso, a necessidade de recorrer à ordem e às leis, que vêem e contemplam o que acontece mais freqüentemente, porém não podem ver e contemplar tudo. Pois, se há, para Platão, leis que tornem o Estado uno na medida maior que for possível, ninguém que queira atribuir um outro fim à extraordinária virtude dessas leis poderá atribuir-lhes outro melhor e mais justo.

O Estado de Leis é como que uma cópia do modelo original e, com efeito, vem como "Segundo Estado", depois do original que é o "Primeiro Estado", modelo e extensão da alma racional.

A constituição mais adequada que Platão propõe nas Leis é uma constituição mista que une as vantagens da monarquia com as vantagens da democracia. Uma vez que, para ele, destas duas formas de governo derivam todas as outras. Mesmo por efeitos de combinações variadas.

Platão também coloca, que para que haja liberdade e concórdia acompanhadas de sabedoria num Estado, é preciso que o governo participe de uma e de outra dessas duas formas.

**CONCLUSÃO**

Para Platão, a verdadeira política se encontra no mundo das idéias (norma), lugar da essência imutável de todas as coisas, dos verdadeiros modelos. Todos os seres, inclusive o homem, são apenas cópias imperfeitas de tais realidades e se aperfeiçoam à medida que se aproximam do modelo ideal, uma vez que a plenitude humana coincide com o aperfeiçoamento da razão.

A base mais fundamental da política não é senão a própria filosofia. Por isso, Platão diz: "O homem só pode explicar-se moralmente se explicar-se politicamente". O homem é, assim, cidadão por pertencer à sociedade política.

Compreendemos a política neste trabalho como a atividade que diz respeito à vida pública, de todos os (filhos da cidade). Etimologicamente, *pólis*, em grego, significa "cidade".

A política é portanto, "A ciência do Estado", que é capaz de gerir os destinos da cidade e dos cidadãos. O *homem político* é aquele que atua na vida pública e é investido de poder para imprimir determinado rumo à sociedade, tendo em vista o interesse comum, o bem do cidadão.

Cada cidadão deve ter espaços de efetiva participação política, pois ela está presente em toda relação humana. Certamente, a apresentação da concepção platônica de política e da possível concretização histórica desta apresenta dificuldades, mas se afigura sempre viável. Como demostramos na obra de Platão, a ciência do político (a política) coincidia com o conhecimento supremo do Bem e das idéias e, portanto, da filosofia, na qual se fundamenta a política platônica. De fato, a política verdadeira deve ter em vista o cuidado da alma (verdadeiro homem).

O fim último para a política se exprime pelo fato de que a justa medida que comada as ações do político, ainda são uma utopia, pois não se reflete em nosso dias uma forma reta de se conduzir e administrar bem a cidade. O conceito de cidadão tão pouco tem a mesma importância que possuía na polís Grega, entendemos contudo que esta é uma questão que deve ser melhor estudada, a fim de que se tenha normas claras de conduta para a verdadeira arte, que é a política.

Mesmo que Platão tenha considerado a sua cidade como uma utopia, devemos ao mesmo nos orientar por seu pensamento a fim de teremos noções claras de que o fim ultimo da política e a realização dos cidadão na pólis e esta somente será realizada caso os cidadãos tenham consciência da sua importância no desenrolar das decisões que a sua cidade (pólis) deverá tomar, ou seja este é a forma de pensamento que nos convida para a ação sobre o direito de ser cidadão.

**BIBLIOGRAFIA**

ABBAGNANO, Nicola. História da Filosofia, vol.I. Lisboa: Editorial Presença, 1969.

CHÂTELET, François. História da Filosofia. Idéias, Doutrinas; A Filosofia Pagã. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

HIRSCHBERGER, Johannes. História da Filosofia na Antigüidade. 2ª ed. São Paulo: Herder, 1965.

JAEGER, Werner. Paidéia, a formação do homem grego. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PLATÃO. O Político. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

\_\_\_\_\_\_\_. República. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1973.

REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga, vol. II. São Paulo: Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Para uma nova interpretação de Platão. São Paulo: Loyola, 1997.

[1] Cf. Werner JAEGER. *Paidéia*, p. 592-619.

[2] Idem.

[3] PLATÃO. Fédon, 77c.

[4] PLATÃO. *República*, 510b.

[5] PLATÃO. *República*, Livro VII.

[6] PLATÃO.*Teeteto ou Da Ciência*, 153d.

[7] PLATÃO. *Sofista*, 247d.

[8] PLATÃO. *República*, 514a1 - 517a8.

[9] Cf. Filebo, 28c-29b.

[10] Henrique Claudio de LIMA VAZ. **Antroplogia Filosófica I,** p. 37.

[11] Henrique Claudio de LIMA VAZ. **Antroplogia Filosófica I,** p. 37.

[12] PLATÃO. Fedro. 245 c-246ª.

[13] PLATÃO. *República*, 436a - 441c.

[14]Giovanni REALE. *História da Filosofia Antiga*, vol.II, p.189

[15]Giovanni REALE. *História da Filosofia Antiga*, p. 236.

[16]Giovanni REALE. *História da Filosofia Antiga*, p.237.

[17] PLATÃO. *Político*, (302 e 303-b).

[18]PLATÃO. *República*. (VII, 537 a.).

[19]Werner JAEGER. *Paidéia, passim.*

[20]PLATÃO. *A República*. (IV, 441 d-442 d.).

[21]*Idem*. (VI, 462 a-e).

[22]Werner JAEGER.*Paidéia,* p.621.

[23]PLATÃO.*República*. (VI, 473 c-d.).

[24]PLATÃO. *República*.(VI, 499 b-d.).

[25]Idem. (VI, 499 b-d.).